

Brasil admite pedir menos dinheiro aos bancos

Telefoto AFP

BETH CATALDO
Enviada Especial

NOVA YORK — O Governo brasileiro alterou suas posições iniciais na renegociação da dívida externa do País, passando a admitir, ao fim da reunião de ontem com o Comitê de Bancos Credores, não somente a possibilidade de redução do pedido de refinanciamento de juros referente a este ano como a negociação paralela de acordos com os bancos e as instituições oficiais. O Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, em entrevista após a reunião, reconheceu, ainda, que será necessário pelo menos uma consulta prévia aos órgãos oficiais de crédito, como o Clube de Paris, para dar garantia aos bancos credores de que os empréstimos previstos por parte desses órgãos ao País serão efetivamente concedidos.

— O importante é que os acordos com os bancos privados e os organismos oficiais não estejam conectados — justificou.

Milliet procurou destacar os aspectos positivos da rodada de negociações realizada ontem, entre eles o acerto sobre a continuidade dos entendimentos entre as duas partes e o reconhecimento, por parte dos credores, de que a alternativa de securitização de parte da dívida significa uma proposta positiva. As questões relacionadas à securitização, mais a conversão da dívida em investimentos, os aspectos econômicos do programa e o chamado **relending** (reempréstimo) serão os pontos centrais, de acordo com os entendimentos de ontem, das próximas rodadas de discussão.



Fernando Milliet explica aos jornalistas como foi a reunião com representantes de bancos

A agenda de trabalho acertada, ontem, prevê a retomada oficial das negociações, a partir da semana iniciada no próximo dia 12, quando possivelmente o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, e mais o próprio Presidente do Banco Central deverão retornar a Nova York. Ontem, Milliet considerou como certo apenas o retorno dos técnicos do Governo engajados nos grupos de trabalho encarregados da discussão de pontos específicos da negociação. Ele deixou claro, entretanto, que a reunião realizada ontem, já representou um avanço em relação ao encontro da semana passada, em Washington, abrindo cami-

nho para um acordo entre as duas partes ao longo deste mês.

O Presidente do Banco Central negou que os bancos credores tenham insistido, na reunião de ontem, na exigência de que o País faça um pagamento simbólico sobre os juros em atraso desde a declaração da moratória. Assim como não quis caracterizar o documento de duas páginas, preparado pelo Comitê credor para o encontro de ontem, como uma contra-proposta ao Governo brasileiro. Ele admitiu apenas que os bancos querem que o País formalize um acordo com o Clube de Paris antes da conclusão dos entendimentos com os credores privados, assim como

preferem o restabelecimento de um acordo formal também com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Eu disse a eles que não podemos ficar na história do ovo e da galinha, com o Clube de Paris exigindo um acordo com os bancos para iniciarmos negociações e estes pedindo um acerto prévio com o Clube — comparou Milliet.

O que os credores não desejam mais, acrescentou, é arcar com a maior parte do refinanciamento dos juros solicitados

pelo País para o período de 1987 a 1989, requerendo garantias do Governo brasileiro de que a partir de 1988 as instituições oficiais também assumirão uma parte desse ônus. O questionamento dos credores concentrou-se sobre este ano, tendo em vista que o País apresentou desempenho favorável em sua balança comercial nos últimos meses. Na opinião dos bancos, que Milliet considerou factível, é preciso rever a parcela de refinanciamento solicitada para este ano, que representa US\$ 4,3 bilhões (CZ\$ 215 bilhões) do total de US\$ 10,4 bilhões (CZ\$ 520 bilhões) pedidos pelo País.